

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI - 23/06/2021

Aos vinte e três dias de junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, deu-se início a 6ª (sexta) Reunião Ordinária deste Conselho Deliberativo, realizada no Colégio Pedro de Souza Rangel, tendo em vista a necessidade de distanciamento social pela pandemia da COVID-19 e falta de espaço adequado na sede da Autarquia, convocados através da Carta/CD/006/2021 e Carta/CF/006/2021 em atendimento aos dispositivos normativos e legais. A referida reunião foi realizada em conjunto devido à solicitação da Diretora Presidente em relação a uma das pautas que seriam tratadas. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Anderson Antonio Rocha, Andrea da Silva Lima, Cíntia Quartin Figueiredo, Dalva Pinheiro Lima, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Jesuel Ferreira de Sá, Juliana de Melo Rosa, Lafayette Bezerra dos Santos, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Mário Célio Maia Gouvêa, Rosemary Pereira Gonçalves e Valdirene Rocha. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos - Mês: Maio; b) Apresentação do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI - Competência: Maio; c) Relatório Mensal do Controle Interno do mês Maio/2021; d) Relatório Simplificado de Gestão Maio/2021; e) Relatório das Contribuições Previdenciárias devidas e repassadas competência janeiro a maio de 2021; e) Relatório de Acompanhamento dos termos de parcelamentos e Plano de Amortização do Déficit Previdenciário; f) Relatório de pensões e aposentadoria concedidas no mês de Maio; g) Relatório de Compensações Previdenciárias; h) Balancete do mês de Maio/2021; i) Outros. O Presidente do Conselho Deliberativo, Mário Célio Maia Gouvêa, iniciou a reunião saudando a todos os membros presentes, mencionando seu contentamento em realizar a reunião presencialmente depois do intervalo de um ano, cumprimentando, ainda a Diretora Presidente, oportunidade na qual passou a palavra à mesma para apresentação das pautas. A primeira pauta tratada não constava na carta, sendo enquadrada, portanto, na temática "Outros". De maneira a introduzi-la, relatou que iria informar aos conselheiros de uma situação atípica, a qual achava imprescindível ser submetida a apreciação dos mesmos tendo em vista as atribuições legais atribuídas aos órgãos colegiados. Assim, procedeu a leitura de uma notificação recebida pelo IPREVI na data de 15 de março do Ministério Público acerca de questionamentos em relação ao Contrato 004/2020 devido a notícia fato recebida pelo mesmo. Todos os referidos documentos apresentados e lidos pela Diretora Presidente encontram-se aqui apensados. Dessa maneira, apresentou como foi realizado o procedimento de resposta ao mencionado ofício, tendo sido digitalizados todos os processos referentes a contratação da empresa, Custom Informática LTDA, aqueles relativos as diárias concedidas a Diretoria Executiva durante o exercício de 2020, bem como todas as legislações pertinentes e atos administrativos da

Autarquia que versam sobre o custeio de viagens para capacitação e representação em eventos pelos servidores de suas unidades de lotação. Os referidos documentos foram digitalizados, já que o questionamento do Ministério Público se deu acerca da necessidade de identificar as verbas relativas a essa categoria de despesa. Assim, uma vez que toda documentação foi digitalizada, anexada em nuvem e gravada em CD, tendo em vista o alto volume dos documentos, foi redigido um ofício pela Diretoria Executiva e um expediente pela Procuradoria Jurídica e feita uma primeira tentativa de entrega do mesmo, mas como devido a pandemia o MP se encontra fechado para atendimento, toda a documentação foi enviada por meio de email após consulta da viabilidade do mesmo junto a servidor do Ministério Público. Após o referido fato, o Ministério Público fez um novo contato formal, reiterando o pedido de envio da documentação, bem como solicitando uma oitiva junto a fiscal do já mencionado contrato, Aline de Oliveira Rocha Souza. Essa última ocorreu no dia 01/06, no qual a fiscal do contrato respondeu aos questionamentos da Promotora e apurou que o Ministério Público não havia verificado a nuvem enviada com os documentos, motivo pelo qual houve o novo contato. Em seguida a oitiva, durante o expediente, a Diretora Presidente relatou ter realizado uma reunião com a equipe técnica do Instituto, aonde a fiscal do contrato esclareceu qual fora o conteúdo da reunião junto ao Ministério Público. Após esses fatos, a Diretora Presidente leu um email enviado a ela no dia 15 de junho pelo Procurador no qual o mesmo manifesta que a Controladora do IPREVI, Carolina Tavares Lima, seria a autora da notícia fato, que a mesma aspirava ao cargo de Diretora Presidente e que essa última teria algum tipo de perseguição junto a servidora Ana Paula Pires Alves, além do Procurador no email ter colocado que a Diretora Presidente já teria manifestado sua insatisfação com a postura da Controladora. O Procurador também colocou sua disponibilidade em procurar o Prefeito Municipal para relatar tudo que estaria ocorrendo dentro da Instituição e resolver a situação relativa ao comportamento da Controladora. Ao finalizar a leitura do email para os conselheiros, a Diretora Presidente mencionou que não tinha visto o email até alerta do próprio Procurador por meio de contato no Whatsapp devido às demandas internas da rotina da Instituição. Em seguida fez a leitura da conversa do whatsapp datada de dezoito de junho, onde novamente o Procurador, Filippo Antonio Massaruto, reiterou suas acusações contra a Controladora, mencionava que a Diretora Presidente estava sendo complacente com a última devido a laços pessoais. Novamente, o mesmo reiterou que como a mesma não estava tomando medidas a respeito do assunto, procuraria o Prefeito para contar o que estaria acontecendo e disse que sua atitude se dava a pressão que estaria sofrendo do Ministério Público para respostas. Nesse momento, a Diretora Presidente informou que o Procurador também estava em contato com o Ministério Público, pois esse havia acionado a Autarquia com uma multa decorrente do não pagamento de ressarcimento devido aos servidores por contribuições indevidamente retidas

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

pela Prefeitura e repassados ao IPREVI no início da década de 2000. A referida demanda se deu pela falta de resposta da Procuradoria da Instituição em anos anteriores com a relação aos valores que haviam sido ressarcidos e os servidores que perceberam pagamentos. Assim, vinha sendo desenvolvido dentro da Instituição após o recebimento da notificação da multa, a apuração desses dados para provar que a Instituição já havia realizado os pagamentos. O fato relatado em seguida foi após a conversa no Whatsapp com o Procurador na sexta feira, na segunda feira 21 de junho de 2021, a Diretora Presidente relatou os fatos às outras diretoras da Instituição e em seguida, fez uma reunião com todos os servidores do IPREVI para dar orientações acerca do decreto do Executivo exonerando os cargos em comissão e funções gratificadas do Município. Durante a reunião, após ter relatado aos servidores que havia recebido orientações da Secretaria Municipal de Administração que as atividades da Instituição deveriam prosseguir normalmente, questionou aos servidores que estavam fazendo a apuração dos valores ressarcidos como estava o desenvolvimento das ações tendo em vista a preocupação manifestada pelo Procurador pela lentidão dos fatos. Momento esse em que o mesmo se exaltou e disse que a Diretora estaria distorcendo suas palavras, pediu que a mesma parasse de falar, e após ter sido esclarecido das ações do grupo que estava fazendo a apuração, disse que informaria a Promotora do que foi relatado por email e quando solicitado que antes enviá-lo, submetesse o mesmo a leitura da Diretora Presidente, negou-se, afirmando que o email era pessoal e deixou a reunião antes que essa terminasse. Em seguida, a Diretora Presidente informou aos conselheiros que o Procurador enviou a Prefeitura documento relatando suas percepções na mesma data de 21 de junho de 2021, antes da reunião já mencionada, inclusive, o documento estava endereçado também a Diretora, todavia, a mesma não o recebeu. O documento, também anexo a essa ata, foi protocolado no Gabinete do Prefeito às nove horas da manhã pela conselheira Dalva Pinheiro Lima, servidora lotada na unidade, que quando verificou que o documento não ia assinado pela Diretora Presidente, tendo em vista a hierarquia administrativa postulada na legislação na Autarquia, indagou a mesma acerca do documento. A Diretora Presidente, que havia ido a Prefeitura para reunião, teve cópia do documento remetido a ela já que não houve a adimplência a hierarquia existente. Ao terminar a contextualização dos conselheiros, a Diretora Presidente propôs junto ao Conselho, a instauração de uma sindicância na Autarquia para apuração dos fatos narrados. Além disso, o presidente do Conselho Deliberativo solicitou o afastamento do Procurador devido ao extravio ilegal de documentos internos da Autarquia, já que o mesmo fez cópia de autos do Instituto sem autorização. A Diretora Presidente mencionou que esse posicionamento não poderia ser adotado devido aos regulamentos legais, reiterando sua proposição de instaurar uma sindicância. Com fundamento na Lei Municipal n.º 193/97, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia, os conselheiros decidiram por unanimidade instaurar a sindicância

proposta. A conselheira Dalva Pinheiro Lima propôs consultar um dos Procuradores da Prefeitura acerca de orientações sobre o procedimento de instauração da sindicância. Foi apresentado em seguida o Relatório de Investimentos do Mês de Maio, do qual foi destacada a apuração de um retorno de R\$ 3.072.656,43 (três milhões, setenta e dois mil, seiscentos e cinqüenta e seis reais e quarenta e três centavos), representando um retorno do mês de 1,91% (um vírgula noventa e um por cento) face uma meta mês de 1,29% (um vírgula vinte e nove), representando no ano uma meta acumulada de 5,54% (cinco vírgula cinqüenta e quatro por cento) em face de um retorno acumulado de 1,97% (um vírgula noventa e sete por cento) e um saldo no mês de R\$ 163.723.234,66 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e vinte e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos). Logo após, foi apresentado o Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI no mês de Maio, no qual foram detalhados os percentuais de alocação da carteira por categoria e segmento, sendo que na renda fixa apenas o fundo imobiliário teve rentabilidade negativa. Todos os fundos dos ativos no exterior tiveram rentabilidade negativa, enquanto em renda variável todos os fundos tiveram rentabilidade positiva, o que também ocorreu quanto aos fundos da taxa de administração. Prosseguindo aos recursos financeiros, em maio de 2021, 56,65% (cinqüenta e seis vírgula sessenta e cinco por cento) da carteira encontrou-se alocada em renda fixa, 39% (trinta e nove por cento) em renda variável, 4,34% (quatro vírgula trinta e quatro por cento) em ativos no exterior e 0,01% (zero vírgula zero um) em DAV, totalizando um valor global de R\$ 167.747.900,78 (cento e sessenta e sete milhões, setecentos e quarenta e sete mil, novecentos reais e setenta e oito centavos). Ademais continuou evidenciado que a Caixa Econômica Federal permanece a instituição financeira com maior volume de alocação de investimentos, com 32,99% (trinta e dois vírgula noventa e nove por cento), seguida pelo BB Gestão de Recursos DTVM com 17,40% (dezessete vírgula quarenta por cento) e Itaú Unibanco com 10,30% (dez vírgula trinta por cento). Prosseguindo com as pautas, foi apresentado o Relatório do Setor de Benefícios, que demonstrou que entre abril e maio foram concedidas uma pensão por morte e uma aposentadoria, tendo a Autarquia fechado o mês com 262 (duzentos e sessenta e dois) aposentados, 108 (cento e oito) pensionistas, 11 (onze) servidores concursados e 3 (três) servidoras designados para diretoria. Logo após, foi apresentado o Relatório Simplificado de Gestão do mês de Maio, no mesmo foi apurado que na competência foram pagos pelo IPREVI R\$ 366.480,93 (trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e três centavos) com os benefícios de aposentadoria e R\$ 118.118,35 (cento e dezoito mil, cento e dezoito reais e trinta e cinco centavos), totalizando R\$ 484.599,28 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos) de benefícios custeados pelo IPREVI. No tocante aos benefícios custeados pela Prefeitura Municipal e repassados ao IPREVI relativos aos aposentados e pensionistas parte do Plano Financeiro, foi pago

[Handwritten signatures in blue ink on the left margin]

[Handwritten mark in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]

pela PMI o valor de R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos) com aposentadorias e R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos) com pensões, totalizando, assim, o montante de R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos) de custeio pela Prefeitura Municipal. Dessa maneira, ao todo, foram custeados R\$ 414.892,03 (quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e noventa e dois reais e três centavos) com benefícios de aposentadoria e R\$ 150.725,47 (cento e cinquenta mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) com benefícios de pensão, representando no mês de maio, um total de R\$ 565.617,50 (quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos). De forma complementar, a pauta posterior foi o relatório mensal que trouxe os seguintes destaques evolutivos: a aposentadoria por idade continua ocupando o maior número de beneficiários atualmente em gozo de aposentadoria com 162 (cento e sessenta e dois) aposentados, apesar de não ter tido nenhum crescimento em relação ao mês anterior, o que ocorreu com a aposentadoria compulsória que passou de 13 (treze) para 14 (quatorze) beneficiários no mês de abril, significando no acréscimo de um aposentado referido no relatório anterior. Ademais em relação aos processos abertos no exercício, especificamente no mês de maio foram abertos 5 (cinco) processos de aposentadoria, 1 (um) processo de certidão de tempo de contribuição e 12 (doze) processos administrativos, totalizando 18 (dezoito) processos abertos durante o mês. No tocante ao cadastramento, dos trinta e três beneficiários que deveriam ter realizado sua prova de vida até o mês de maio, um não se apresentou à instituição nem mesmo após ser notificado e terá seu benefício suspenso conforme decisão dos órgãos colegiados. Em seguida, foi apresentado o Controle Mensal da Taxa de Administração elaborado pelo Controle Interno, que demonstrou que durante o mês de maio foram utilizados R\$ 102.305,04 (cento e dois mil, trezentos e cinco reais e quatro centavos) da Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas e folha de pagamento, tendo sido utilizado até o fechamento de maio R\$ 634.804,94 (seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e noventa e quatro centavos) da Taxa de Administração de 2021 estabelecida no valor global de R\$ 1.611.060,56 (um milhão, seiscentos e onze mil, sessenta reais e cinquenta e seis centavos), restando assim um saldo de R\$ 976.255,62 (novecentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos). Nesse sentido, evoluiu-se para a discussão do Balancete do mês de Maio que fechou suas receitas e despesas no montante de R\$ 168.726.228,45 (cento e sessenta e oito milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.1, II, b) e 1, 1.2, II, b) da Lei nº 863/2017. Prosseguindo-se para o relatório de Compensação Previdenciária, foi demonstrado aos conselheiros que em maio tivemos um valor a pagar de R\$ 1.973,54 (um mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), um valor a receber de R\$ 2.703,41 (dois

[Handwritten signature]

mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos) e um valor bloqueado de R\$ 729,87 (setecentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos). Dando prosseguimento, foram apresentados os relatórios de acompanhamento dos parcelamentos e do plano de amortização, tendo sido pagos até o momento um montante geral de R\$ 8.450.361,83 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e três centavos) dos cinco termos de parcelamento existentes, restando, portanto, um valor a pagar de R\$ 20.423.880,12 (vinte milhões, quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e oitenta reais e doze centavos), face o valor inicial consolidado dos cinco termos de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos). Quanto ao Plano de Amortização, já foram adimplidos R\$ 12.405.908,81 (doze milhões, quatrocentos e cinco mil, novecentos e oito reais e oitenta e um centavos), restando um valor a pagar de R\$ 48.822.741,96 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos). Em relação ao controle de Repasses, no tocante a competência de Maio, o único repasse pendente é o Patronal do FUNDEB no valor de R\$ 286.522,70 (duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta centavos), ainda não repassados de acordo com informações da Secretaria Municipal de Finanças pela necessidade de segregação de contas bancárias e autorizações pertinentes. Por fim, todos os conselheiros titulares deste Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 6ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata e achada exata, a mesma vai assinada pelos conselheiros titulares presentes.

Alessandra Arantes
Marques, Ana Cristina Fautino, Juliana de Melo
Rosa, Valdivene Rocha, Maria José Leite Men-
des de Oliveira, Gláucia Tatiane Alves de Carvalho, ~~Formosa~~
Pereira Gondres, Anderson Antonio Rodada Silva, Lafayette Bezerra
dos Santos, Dalí Nepomuceno da Silva, Jurema de S.,
Andrea da Silva Lima, Cintia Quartim
Figueiredo, Jairo Luis Paes Junior